

**OS  
ECONOMISTAS**

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação  
Câmara Brasileira do Livro, SP

M239c Mandel, Ernest, 1923-  
O capitalismo tardio / Ernest Mandel ; introdução de Paulo Singer ; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. — São Paulo : Abril Cultural, 1982.  
(Os economistas)

1. Capitalismo 2. Capitalismo - História I. Singer, Paulo Israel, 1932- II. Título. III. Série.

82-1095

17.CDD - 330.15  
18. - 330.122  
17. - 330.1509  
18. - 330.12209

Índices para catálogo sistemático:

1. Capitalismo : Economia 330.15 (17.) 330.122 (18.)
2. Capitalismo : História 330.1509 (17.) 330.12209 (18.)
3. Economia capitalista 330.15 (17.) 330.122 (18.)

## O Estado na Fase do Capitalismo Tardio

O Estado é produto da divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção. O ponto de partida da teoria do Estado de Marx é sua distinção fundamental entre Estado e sociedade<sup>1</sup> — em outras palavras, a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam ser necessariamente transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, o que só veio a acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas. É essa tese que a distingue de todas as outras teorias sobre a origem, a função e o futuro do Estado. Nem todas as funções da superestrutura estão incluídas na esfera de ação do Estado, sem falar daquelas que correspondem aos interesses das classes subordinadas (como, por exemplo, as antigas classes dirigentes ou as classes oprimidas revolucionárias). As funções superestruturais que pertencem ao domínio do Estado podem ser genericamente resumidas como a proteção e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais), à medida que não se consegue isso com os processos automáticos da economia. Por isso nem todas as funções do Estado são hoje “puramente” superestruturais, como não o eram nas formações sociais pré-capitalistas. Esse aspecto do Estado é de particular importância no modo de produção capitalista, por razões que discutiremos abaixo.

Podemos classificar as principais funções do Estado da seguinte forma:

1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;<sup>2</sup>

<sup>1</sup> O esboço de uma teoria do Estado é a parte mais fraca de um livro aliás excelente de KOFLER, Leo. *Technologische Rationalität im Spätkapitalismus*. Frankfurt, 1971. Kofler subestima esse elemento de autonomia crescente, e o resultado é que, embora condene uma identificação pura e simples entre Estado e sociedade, tende a reintroduzi-la pela porta dos fundos.

<sup>2</sup> Exemplos famosos são os grandes sistemas de irrigação do chamado modo de produção asiático; e o transporte de enormes carregamentos de trigo para Roma e outras grandes cidades da Antiguidade. A fórmula das “condições gerais de produção” encontra-se em *Grundrisse*, p. 533. Ver também Engels: “O Estado moderno, mais uma vez, é apenas a forma de organização adotada pela sociedade burguesa a fim de manter as condições externas gerais do modo de produção capitalista, para se proteger tanto de transgressões dos trabalhadores quanto de capitalistas individuais”. *Anti-Dühring*, p. 386.

2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;

3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração).

A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal) foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico. Mais tarde Lukács e Gramsci colocaram ênfase maior em sua função integradora, que atribuíam essencialmente à ideologia da classe dirigente. É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente.<sup>3</sup> Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias:<sup>4</sup> magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução,<sup>5</sup> pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação — mas sobretudo pelas categorias de pensamento<sup>6</sup> peculiares à estrutura de classe de uma sociedade.

Se a teoria marxista já realizou um exame bastante completo de como as funções repressivas e integradoras do Estado tanto são mecanismos distintos como mecanismos que se entrelaçam,<sup>6</sup> a análise da função compreendida pela rubrica "providenciar as condições gerais de produção" está muito menos desenvolvida. Essa última função difere das duas outras principais funções do Estado pelo fato de relacionar-se diretamente com a esfera da produção, e, assim, assegurar uma mediação direta entre a infra e a superestrutura.<sup>7</sup> Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos *gerais e técnicos* do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos *gerais e sociais* do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica, embora elas mesmas não façam parte do processo de trabalho imediato (o desenvolvimento da astronomia, da geometria, da hidráulica e de outras ciências naturais aplicadas no modo de produção asiático e, em certa medida, na Antiguidade; a manutenção de um sistema educacional adequado às necessidades de expansão econômica do modo de produção capitalista etc.).

A origem do Estado coincide com a origem da propriedade privada e associa-

<sup>3</sup> Foi Napoleão, um especialista no assunto, quem cunhou a máxima de que é possível fazer qualquer coisa com baionetas, exceto sentar-se nelas.

<sup>4</sup> POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. Londres, 1973. p. 211-213.

<sup>5</sup> No caso das sociedades baseadas sobre o modo de produção capitalista, o que prevalece é sobretudo a lei do fetichismo das mercadorias, descoberta por Marx, através da qual as relações sociais entre os homens assumem a aparência de relações entre coisas. *Capital*. v. 1, p. 72.

<sup>6</sup> Entre outras, ver a crítica do conceito de hegemonia de Gramsci em POULANTZAS. *Op. cit.*, p. 204-206.

<sup>7</sup> Sobre essas questões, ver as interessantes contribuições de MÜLLER, Wolfgang e NEUSÜSS, Christel. "Die Sozialstaatlusion und der Widerspruch von Lohnarbeit und Kapital". In: *Sozialistische Politik*. n.º 6-7, junho de 1970; e de ALTVATER, Elmar. "Zu einigen Problemen der Staatsinterventionismus". In: *Probleme des Klassenkampfes*. n.º 3.

se, em certa medida, à separação das esferas privada e pública da sociedade, inerente à produção simples de mercadorias, com sua fragmentação da capacidade social de trabalho em processos de trabalho privados e independentes.<sup>8</sup> Mas não se deve exagerar essa relação. O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias. Nessas sociedades, a propriedade privada assume a forma de apropriação privada da terra e do solo, e não das mercadorias. Nesses casos o Estado garante as relações entre os proprietários de terra e sua união contra inimigos, tanto internos quanto externos (como contra as classes exploradas "domésticas", por exemplo, que não pertencem à comunidade; primeiro tribos subjugadas, depois escravos etc.).<sup>9</sup> Esse Estado é inteiramente inadequado — quando não efetivamente contrário — à lógica da produção simples de mercadorias, para não falar da acumulação primitiva de capital. Seu poder despótico pode obstruir por muito tempo o desenvolvimento da produção de mercadorias, por meio de confiscos sistemáticos, por exemplo. Os primeiros direitos privados que correspondiam aos interesses dos proprietários de mercadorias coexistiam freqüentemente, portanto, com os direitos comunais que tentavam proteger a estabilidade das tribos ou aldeias contra os efeitos desagregadores de uma economia monetária.

Apenas depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcançou certo grau de maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, é que o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e o pai do modo de produção capitalista. É clássica a análise de Marx relativa ao papel desempenhado pela dívida nacional, pelos contratos governamentais durante as guerras dinásticas, pela expansão naval e colonial, pelo mercantilismo, pelo prolongamento legal do dia de trabalho normal e pela limitação do salário normal, e pelo patrocínio estatal de empreendimentos manufatureiros.<sup>10</sup> É incorreto, portanto, tentar deduzir o caráter e a função do Estado diretamente da natureza da produção e circulação de mercadorias.<sup>11</sup>

O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa.<sup>12</sup> Mas é também uma negação desse último, pois o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um "Estado fraco" por excelência — porque se fazia acompanhar pela demolição sistemática do intervencionismo econômico dos Estados absolutistas, que impedira o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal. O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações "livres" de troca<sup>13</sup> que dissi-

<sup>8</sup> Ver E. H. Pashukanis (*La Théorie Générale du Droit et le Marxisme*. Paris, 1970), que desenvolve a tese de que a lei é apenas a forma mistificada dos conflitos entre os proprietários privados de mercadorias, e que, portanto, sem a propriedade privada e seus contratos, em outras palavras, sem a produção simples de mercadorias, não há lei.

<sup>9</sup> Ver as considerações de Marx relativas ao surgimento do Estado na Antiguidade. *Grundrisse*, p. 475-476.

<sup>10</sup> Ver MARX, *Capital*, v. 1, p. 751.

<sup>11</sup> Uma derivação demasiadamente direta do Estado burguês dos imperativos da produção de mercadorias, sem um estudo adequado de suas relações com as lutas de classe concretas e os conflitos competitivos da burguesia ascendente, é a principal limitação do trabalho — que de outra forma seria realmente muito útil e interessante — de Läßle. LÄPPLÉ, Dieter. *Staat und allgemeine Produktionsbedingungen*. Berlin Occidental, 1973.

<sup>12</sup> Ver a famosa discussão feita por Marx sobre o Estado francês em *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. MARX e ENGELS. *Selected Works*, p. 170.

<sup>13</sup> Marx: "Uma vez que a organização do modo de produção capitalista tenha se desenvolvido plenamente, nada lhe

mulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. Como essas relações de troca em geral foram internalizadas pelos produtores diretos,<sup>14</sup> especialmente no período do capitalismo ascendente, quanto mais desimpedidas a dominação econômica e a expansão do capital, tanto mais a burguesia poderia abster-se do uso direto da coerção das armas contra a classe operária e tanto mais era possível reduzir o poder do Estado às funções mínimas de segurança. Isso se aplicava sobretudo aos Estados burgueses cuja maquinaria interna era "mais frágil" no período do capitalismo competitivo, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Bélgica e a Holanda. Onde, ao contrário, o Estado burguês dispunha de um aparato administrativo mais poderoso, como na França depois de Napoleão I, isso era indício não da força, mas da fraqueza relativa da burguesia local, tanto econômica quanto politicamente.<sup>15</sup>

Mas o Estado burguês se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é consequência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. Assim, qualquer representação dos interesses gerais do capital por capitalistas que operam individualmente é em geral difícil, quando não totalmente impossível, numa sociedade burguesa — ao contrário de um Estado feudal, por exemplo, que poderia constituir-se simplesmente pelo nobre mais poderoso, o rei. "A classe capitalista reina, mas não governa. Contenta-se em dar ordens ao Governo."<sup>16</sup> A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um "capitalista total ideal",<sup>17</sup> servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do "capitalista total real" constituído pelos "muitos capitais" do mundo real.

"O capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações; precisa de uma instituição independente, baseada nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto, pela necessidade de produzir (sua própria) mais-valia. Essa instituição independente, 'ao lado, mas fora da sociedade burguesa', pode, baseada simplesmente no capital, satisfazer as necessidades iminentes negligenciadas pelo capital... O Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento, nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital 'ao lado, mas fora da concorrência'."<sup>18</sup>

---

resiste. A geração constante de um excedente relativo de população mantém a lei da oferta e da procura de trabalho, e assim mantém os salários num nível que corresponde às necessidades do capital. A triste compulsão das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista. A força direta, fora as relações econômicas, ainda é usada, naturalmente, mas só em casos excepcionais". *Capital*, v. 1, p. 737.

<sup>14</sup> Georg Lukács (*History and Class Consciousness*, Londres, 1971, p. 173) ao menos concede que é possível ao trabalhador liberar-se desse processo de internalização das relações de troca. Em relação ao capitalismo tardio, observa Koffler: "Nessa tensão entre o prazer e o ascetismo, a reconciliação ideológica com as condições sociais existentes precisa de um poderoso apoio psíquico, o qual é proporcionado pelo processo de internalização, atingido por meio de manipulação da consciência". *Op. cit.*, p. 85.

<sup>15</sup> Ver a análise de Marx sobre a forma pela qual o bonapartismo clássico apoiava-se no pequeno campesinato francês, correspondendo assim a um desenvolvimento retardado do capitalismo na agricultura. (In: *The Eighteenth Brumaire*.) No mesmo trabalho, Marx afirmou explicitamente: "Foi a sensação de fraqueza que os levou a se afastarem das condições puras do governo de sua própria classe e a desejar as formas anteriores, menos completas, menos desenvolvidas, e por isso mesmo menos perigosas desse governo". MARX e ENGELS. *Selected Works*, p. 120.

<sup>16</sup> Essa foi a formulação de Kautsky, há 70 anos.

<sup>17</sup> "O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é essencialmente uma máquina capitalista, o Estado dos capitalistas, a personificação ideal do capital nacional global". ENGELS. *Anti-Dühring*, p. 386.

<sup>18</sup> ALTVATER. "Zu Einigen Problemen des Staatsinterventionismus".

As funções econômicas asseguradas por essa "preservação da existência social do capital" incluem a manutenção de relações legais universalmente válidas, a emissão de moedas fiduciárias, a expansão do mercado local ou regional, e a criação de um instrumento de defesa dos interesses competitivos específicos do capital nativo contra os capitalistas estrangeiros — em outras palavras, o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional. Mas o custo dessas funções indispensáveis deve ser mínimo. Os impostos necessários à manutenção do Estado pareciam à burguesia triunfante puro desperdício de uma parcela da mais-valia que, caso contrário, poderia estar sendo empregada produtivamente. A burguesia industrial ascendente sempre tentou, portanto, controlar rigorosamente as despesas do Estado e questionar ou recusar qualquer aumento nessas despesas.

A autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista; mas essa mesma predominância impede que essa autonomização deixe de ser relativa. A razão disso é que as decisões do "capitalista total ideal", enquanto transcendem os interesses competitivos conflitantes de capitalistas específicos, têm efeitos importantes sobre esses interesses. Toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influencia a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas. Todos os grupos capitalistas são obrigados, portanto, a se tornarem politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares.<sup>19</sup> Por essa razão, a função "clássica" do parlamento na época do capitalismo concorrencial era expressar os interesses comuns à classe de forma a dar a cada grupo de capitalistas a mesma oportunidade de defender seus próprios interesses — em outras palavras, impedir que esses interesses de classe se fizessem sentir como coerção extra-econômica ou simplesmente como ordens. Desse ponto de vista, a república parlamentar burguesa é incontestavelmente a "forma ideal" do Estado burguês, porque reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre a "concorrência de muitos capitais" e o "interesse e a natureza social do capital em sua totalidade".<sup>20</sup>

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais.<sup>21</sup> O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas. Isso produziu um aumento substancial nas despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo, o que, por

<sup>19</sup> Sempre há, naturalmente, uma interconexão entre esses dois aspectos da "atividade política", embora não seja mecânica nem unilateral. Por exemplo: o banqueiro norte-americano Bray Hammond mostrou que as controvérsias sobre o sistema bancário norte-americano da primeira metade do século XIX estavam ligadas, em certa medida, a conflitos muito concretos de interesses materiais entre grupos de capitalistas de Nova York e Filadélfia. Ver *Banks and Politics in America from the Revolution to the Civil War*. Princeton, 1957.

<sup>20</sup> Marx: "A república parlamentar era mais do que o território neutro onde as duas facções da burguesia francesa, legitimistas e orleanistas, grandes proprietários de terra e grandes industriais, poderiam conviver com igualdade de direitos. Era a condição inevitável de seu governo comum, a única forma de Estado em que seu interesse geral de classe submetia a si, ao mesmo tempo, as reivindicações de suas facções particulares e as de todas as outras classes da sociedade". *Selected Works*, p. 153.

<sup>21</sup> Marx: "Enquanto o capital é fraco, ainda se apóia nas muletas dos modos de produção anteriores, ou daqueles que morrerão com sua ascensão. Logo que se sente forte, joga fora as muletas e se move segundo suas próprias leis. Logo que começa a se perceber e a se reconhecer como uma barreira ao desenvolvimento, busca refúgio em formas que, ao restringir a livre concorrência, parecem tomar o domínio do capital mais perfeito, mas que ao mesmo tempo são os arautos de sua dissolução e da dissolução do modo de produção nele baseado". *Grundrisse*, p. 651.

sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal, envolvendo um desvio maior de rendimentos sociais para o Estado.<sup>22</sup> As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, pelo menos na Europa ocidental, a ascensão do capitalismo monopolista coincidiu com o aumento da influência política do movimento da classe operária, refletido de forma notável na aquisição gradual do sufrágio universal e em seu uso pela democracia social clássica. Esse desenvolvimento teve efeitos contraditórios sobre a evolução do Estado burguês em sua fase imperialista. Por um lado, o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Para o assalariado, a ilusão de igualdade formal enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho reforçava-se agora cada vez mais com a ilusão de igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor — dissimulando a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa. A burguesia poderia, portanto, derivar vantagens consideráveis dessa forma de integração dos partidos de massa da classe operária na democracia parlamentar burguesa, na medida em que as crises econômicas e sociais não ameaçassem diretamente a sua posição de classe dominante.<sup>23</sup>

Mas, por outro lado, a entrada em larga escala de deputados sociais-democratas e mais tarde de deputados comunistas nos parlamentos burgueses significava que esses órgãos legislativos perdiam cada vez mais sua função de árbitro de interesses conflitantes no interior da classe burguesa. A tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal.<sup>24</sup> Daí para o futuro, a tendência do poder político de centralizar-se cada vez mais no aparato do Estado foi uma resposta a esses desenvolvimentos. Correspondeu também a uma inversão da situação que existira sob o capitalismo competitivo. Se antes era rara a ação autônoma do aparato do Estado, com a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação política enquanto classe,<sup>25</sup> agora tornou-se freqüente, sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo e fascismo.

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição consi-

<sup>22</sup> Hilferding e Luxemburg já haviam percebido isso antes da Primeira Guerra Mundial, como se pode ver pelas citações anteriores deste trabalho, enquanto que Bernstein foi o primeiro "revisionista" a alimentar a ilusão de que o poder político da burguesia poderia ser gradualmente substituído por uma democracia baseada nos "direitos iguais de todos os membros da comunidade" (*op. cit.*, p. 177), neutra em relação às classes ou fadada dos compromissos assumidos entre elas.

<sup>23</sup> Mas isso não corresponde de modo algum ao desenvolvimento "natural" da sociedade burguesa, que tendia muito mais à identificação de direitos políticos "positivos" com a posse da propriedade privada, isto é, que tendia a excluir do sufrágio os trabalhadores assalariados. Esse não foi apenas um estado de coisas prevalecente por mais de um século depois da Revolução Industrial, mas a convicção declarada de todos os ideólogos burgueses, inclusive dos mais arrojados, de Locke a Kant. Ver KOFLER, Leo. *Zur Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft*. Hall, 1948. p. 437, 443-444, 462.

<sup>24</sup> Sobre essa questão, ver a análise e a extensa bibliografia de HIRSCH, Joachim. *Wissenschaftlich-technischer Fortschritt und politisches System*. Frankfurt, 1971. p. 242 et seq.

<sup>25</sup> Ver os comentários de Marx sobre o bonapartismo. *Selected Works*. p. 132.

derável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista.

Todas as ilusões subseqüentes relativas a um "Estado social" baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho.<sup>26</sup> Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de "socialização através da redistribuição"<sup>27</sup> não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim "estimular investimentos".

Outra ampliação das funções do Estado se verifica no estágio tardio do capitalismo monopolista. É uma consequência de três características importantes do capitalismo tardio: a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital, devido à terceira revolução tecnológica, com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos. O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma *tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia*. Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho.

Essa ampliação da esfera das "condições gerais de produção" é um reflexo perfeito de uma tendência inerente ao capital, da forma descrita por Marx em *Grundrisse*:

"Quanto menores os frutos diretos gerados pelo *capital fixo*, tanto menor sua intervenção no *processo direto de produção*, e tanto maiores devem ser o *excedente relativo de população e o de produção*; assim, há mais recursos para construir ferrovias, canais, aquedutos e telégrafos do que para construir maquinaria diretamente ativa no processo produtivo".<sup>28</sup>

Exemplos diretos dessa tendência são o uso crescente dos orçamentos do Estado para financiamento de pesquisas e dos custos do desenvolvimento, e as despesas estatais destinadas a financiar ou subsidiar usinas nucleares, aviões a jato e

<sup>26</sup> Entre outras coisas, isso envolve falta de compreensão da unidade estrutural das relações capitalistas de produção e distribuição. Uma crítica anterior e muito interessante das ilusões de um "Estado social", e das causas da colaboração de classes nas economias de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, está em LAPINSKI, P. "Der 'Sozialstaat' — Etappen und Tendenzen seiner Entwicklung". In: *Unter dem Banner des Marxismus*. n.º 4, novembro de 1928. p. 377.

<sup>27</sup> Karl Renner já definia em 1924 a "circulação como o ponto de partida da socialização", in: *Die Wirtschaft als Gesamtprozess und die Sozialisierung*. p. 348, 379. Toda a literatura reformista britânica das décadas de 30, 40 e 50 baseava-se em ilusões semelhantes.

<sup>28</sup> MARX. *Grundrisse*. p. 707-708.

grandes projetos industriais de todos os tipos. Exemplos indiretos são o fornecimento de matérias-primas baratas mediante a nacionalização das indústrias particulares que as produzem, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado. O capital estatal funciona portanto como um esteio do capital privado (e, em particular, do capital monopolista).<sup>29</sup> A tabela que se segue mostra como a nacionalização da indústria da eletricidade trabalha para os interesses dos monopólios ao garantir fornecimento de energia aos grandes consumidores industriais a preços mais baixos.<sup>30</sup>

*Preços Médios da Energia Elétrica em Países Selecionados, 1973* (em centavos de dólar por kWh)<sup>1</sup>

	Artesão	Artesão + Pequena indústria	Grande indústria	Grande indústria com uso acima da média
<i>França</i> (Nord/Passo de Calais e Paris)	3,01	2,38	2,19	1,75
<i>Grã-Bretanha</i> NE Elec. Board NW Elec. Board	2,36	2,24	1,85	1,72
<i>Itália</i>	2,33	2,00	1,77	1,56
<i>EUA</i> Vale do Tennessee	1,67	1,37	1,09	0,92

<sup>1</sup> As quatro classes de compradores:

- I: 50 kW/12 500 kWh baixa voltagem
- II: 150 kW/45 000 kWh baixa voltagem
- III: 500 kW/180 000 kWh alta voltagem
- IV: 1 000 kW/450 000 kWh alta voltagem

O capitalismo tardio caracteriza-se por dificuldades crescentes de valorização do capital (supercapitalização, superacumulação). O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, *proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos "lucrativos" desse capital na indústria de armamentos, na "indústria de proteção ao meio ambiente", na "ajuda" a países estrangeiros, e obras de infra-estrutura* (onde "lucrativo" significa tornado lucrativo por meio da garantia ou subsídio do Estado).

Outra característica do capitalismo tardio é a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista. Em consequência disso, a *"administração das crises"* é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de "condições gerais de produção" ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa "administração das crises" inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ata-

<sup>29</sup> Marx só usa o conceito de "capital estatal" no sentido do capital que consegue valorizar-se a partir da força de trabalho em posse do Estado: "na medida em que os Governos empregam trabalhadores assalariados produtivos em minas, estradas de ferro etc. desempenham a função de capitalistas industriais". *Capital*, v. 2, p. 97.

<sup>30</sup> *National Utility Services*, citado em *Neue Zürcher Zeitung*, 25 de julho de 1974.

que sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para "integrar" o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, "parceiro social" ou "cidadão" (e, *ipso-facto*, sustentáculo da ordem social vigente) etc. O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia (por exemplo: pela introdução de novos métodos para calcular e pagar os salários, pela promoção da rivalidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, pela invenção de grande número de organismos de participação e deliberação, pela promulgação de políticas salariais ou "contratos sociais" etc.). A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma consequência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio.

*A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular.* Refletem a falta de confiança cada vez maior do capital em sua capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos.<sup>31</sup> Também estão associadas à intensificação da luta de classe entre capital e trabalho — em outras palavras, à emancipação crescente da classe operária da subordinação completa e passiva à ideologia da burguesia, e à sua emergência periódica enquanto força independente em conflitos políticos. Correspondem ao agravamento das contradições sociais tanto internas quanto entre os países imperialistas metropolitanos, entre o sistema imperialista como um todo e os Estados não capitalistas, e entre as classes dirigentes e as classes exploradas das semicolônias. Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável.

Em relação a isso, a concepção apresentada recentemente por Poulantzas de que na fase atual do capitalismo a principal função do Estado burguês é política, enquanto a principal forma da ideologia burguesa é "economicista", é uma tentativa escolástica e artificial de separar mecanismos de classe intimamente interdependentes.<sup>32</sup> O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação *simultânea* da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade "pluralista". A função objetiva da ideologia "economicista" é, sem dúvida, tentar dismantelar a luta de classe do proletariado. Mas a necessidade objetiva dessa ideologia corresponde exatamente à compulsão cada vez maior do Estado em intervir na economia capitalista tardia, e ao perigo de que essa intervenção eduque a classe operária em relação a todas as formas econômicas e sociais da sociedade cuja riqueza produz — potencialmente uma ameaça terrível ao capitalismo tardio. Isolar um elemento dessa totalidade complexa e afirmar que é o "principal" aspecto é um passatempo fútil em termos intelectuais.<sup>33</sup>

O aumento da intervenção direta do Estado capitalista tardio na economia lhe

<sup>31</sup> Isso corresponde plenamente à lógica da análise do capital de Marx, que enfatiza de modo explícito que "o desenvolvimento máximo do capital se dá quando as condições gerais do processo de produção social não são pagas por deduções feitas da renda social". *Grundrisse*, p. 532.

<sup>32</sup> POULANTZAS, *Op. cit.*, p. 211.

<sup>33</sup> O livro de Poulantzas, assim como o de Kofler, caracteriza-se por um menosprezo geral pelas conexões diretamente econômicas e pelos interesses materiais. A tese de Kofler, de que os administradores estão ligados à grande burguesia

dá um controle maior sobre os rendimentos sociais. Em outras palavras, a parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe cresce constantemente.

*Despesas Estatais como Percentagem do PNB Norte-Americano<sup>1</sup>*

1913	7,1%
1929	8,1%
1940	12,4%
1950	24,6%
1955	27,8%
1960	28,1%
1965	30,0%
1970	33,2%

<sup>1</sup> Sobre os Estados Unidos, ver US Department of Commerce, *Long-Term Economic Growth*, relativamente a dados anteriores à guerra, e *Statistical Abstract of the United States, 1971*, que fornece dados posteriores à guerra. Não é possível comparar totalmente as duas séries, pois as estimativas anteriores à guerra dizem respeito à percentagem de compras estatais de bens e serviços (incluindo assim os salários dos empregados do Estado) em relação ao produto nacional bruto, enquanto as estimativas de pós-guerra correspondem à percentagem das despesas totais do Estado em relação ao produto nacional bruto. Sobre a Alemanha Ocidental, ver *Elemente einer materialistischen Staatstheorie*. Frankfurt, 1973.

*Gastos Públicos Totais (incluindo o Seguro Nacional) como Percentagem do PIB, Alemanha (depois de 1948, apenas a República Federal)*

1913	15,7%
1928	27,6%
1950	37,5%
1959	39,5%
1961	40,0%
1969	42,5%

A hipertrofia do Estado no capitalismo tardio é inevitável e necessária ao capital total, mas apesar disso cria novas contradições. A nacionalização de parte do capital só faz sentido do ponto de vista da classe burguesa se levar não a uma queda, mas à estabilização, e se possível ao aumento dos lucros do capital privado. Da mesma forma, a redistribuição dos rendimentos sociais para o orçamento nacional não pode levar a uma redução a longo prazo da taxa de mais-valia, ou ameaçar a valorização do capital; do ponto de vista da classe burguesa, o orçamento ideal é aquele que gera um aumento da taxa de mais-valia e da taxa de lucros.

Tudo quanto pode acontecer é, portanto, uma redistribuição "horizontal" por meio da centralização de frações de mais-valia e salários ("salários indiretos") — cuja finalidade é assegurar a realização efetiva de certas despesas importantes para a preservação da sociedade burguesa, que os gastos privados das duas principais faixas de renda não cobrem.

Os limites dessa "redistribuição" são confirmados plenamente pelo estudo de Parkin sobre a evolução dos diferenciais de renda e a incidência de impostos sobre

principalmente, se não exclusivamente, por vínculos ideológicos (*op. cit.*, p. 76, 83) negligencia um ponto capital: de que no modo de produção capitalista, a segurança máxima em termos de sobrevivência nunca pode ser garantida por status ou renda, mas apenas pela *propriedade do capital*; os administradores são levados, portanto, a adquirir essa propriedade, e assim chegam a ter interesses materiais em comum com a grande burguesia no sentido de manter uma ordem social que defende essa posse.

a população dos países ocidentais entre 1935 e 1960, apesar da existência de sistemas de seguro social particularmente avançados nesses países.<sup>34</sup> Mesmo a possibilidade de uma redistribuição meramente "horizontal" da renda nacional por parte do Estado depende, não obstante, de condições objetivas tais como a taxa geral de aumento de produção, o desenvolvimento da taxa de lucros, as relações de força entre as classes, o espectro de funções desempenhadas pelo Estado e o grau de interferência nos interesses privados necessário à realização dessas funções. Se essas condições registram mudanças graduais (não mencionando as mudanças abruptas), como incontestavelmente vem ocorrendo desde o final da "onda longa de crescimento rápido", o resultado é uma crise financeira endêmica do Estado capitalista tardio.<sup>35</sup> Assim que começa esse processo, as funções específicas do Estado arroladas acima não podem mais realizar-se simultaneamente. A "crise administrativa" permanente do Estado transforma-se com isso numa crise permanente do Estado.

Por outro lado, a crescente função econômica do Estado do capitalismo tardio na centralização e redistribuição de parcelas do excedente social torna a influência sobre suas decisões um objetivo cada vez mais imediato para todos os grupos de capitalistas, e mesmo para capitais individuais. Em muitos casos, o sucesso ou o fracasso dessa influência pode determinar a prosperidade ou a ruína de um capital individual: mais obviamente nos casos em que o Estado é o único cliente, e em que a produção depende dos contratos do Estado. Assim, a articulação efetiva dos interesses da classe burguesa — o processo concreto através do qual o "capitalista total ideal" estabelece determinadas prioridades entre suas diversas funções — adquire uma importância mais decisiva para muitos (a longo prazo para todos) grupos capitalistas do que em qualquer fase anterior do modo de produção capitalista. Duas séries de problemas surgem diretamente do exame das funções gerais do Estado burguês e de suas mutações específicas no capitalismo tardio. Em primeiro lugar, onde e como os interesses de classe capitalistas se formulam e se transformam em objetivos políticos no capitalismo tardio? Em segundo lugar, como o poder econômico e a dominação ideológica se traduzem em controle do aparelho estatal? Em outras palavras, dado que as condições são formalmente "desvantajosas" — visto que a classe operária organizada faz largo uso das liberdades democráticas burguesas — até que ponto o aparelho de Estado burguês é um instrumento adequado de execução dos programas de ação econômicos e sócio-políticos da classe capitalista?

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista significa um salto qualitativo da concentração e da centralização do capital, que determina necessariamente um deslocamento da articulação dos interesses burgueses de classe da arena política do parlamento para outras esferas. A maior importância dos escalões superiores do aparato do Estado burguês ("Os ministros entram e saem; a polícia e os secretários permanentes ficam") é apenas uma das manifestações desse deslocamento. A enorme ampliação do campo de ação das intervenções do Estado na vida econômica e social, e a progressão geométrica de leis, decretos, normas e regulamentações de todo tipo significa que os políticos profissionais não conseguem entender, na prática, toda a importância e finalidade de tanta legislação nova, para não mencionar sua formulação. O resultado disso é que o

<sup>34</sup> PARKIN, Frank. *Class Inequality and Political Order*. Londres, 1971. p. 117. Sobre estimativas anteriores da situação na França, na Grã-Bretanha, na Dinamarca e nos Estados Unidos, ver o cap. X de nossa *Marxist Economic Theory*.

<sup>35</sup> Ver o trabalho fundamental de O'CONNOR, James. *The Fiscal Crises of the State*. Nova York, 1973.

próprio "governo", no sentido de "administração", torna-se uma profissão que obedece às regras da divisão do trabalho.

Nessas circunstâncias, os grupos de pressão da classe capitalista adquirem importância enorme. Muitas vezes são a fonte de idéias de novas medidas governamentais ou de emendas, e na prática quase sempre têm a última palavra. O resultado é que as verdadeiras negociações ocorrem mais freqüentemente entre esses grupos de pressão e a administração estatal (talvez com o Governo servindo de mediador) do que entre partidos políticos.<sup>36</sup> A esse respeito é preciso fazer uma distinção entre grupos de pressão, organizações patronais e os verdadeiros monopólios. Os grupos de pressão representam interesses particulares de determinados grupos de capitalistas, de setores específicos da indústria e do comércio, do capital financeiro e de firmas exportadoras contra os produtores nacionais. Em muitos países as organizações patronais representam mais os interesses das pequenas e médias empresas do que os das grandes firmas. Os monopólios propriamente ditos dispõem de um poder financeiro e econômico tão grande que podem intervir diretamente por direito próprio na formulação e constituição das decisões políticas a nível do Estado e do Governo.<sup>37</sup> Nos casos concretos, sempre é necessário verificar como essas várias formas de influência privada que o capital exerce sobre o Estado se ligam, se cruzam e se chocam. O resultado nem sempre é necessariamente o consenso, mas será uma decisão que reflete os interesses de classe da burguesia no sentido de promoção e consolidação das condições gerais de valorização do capital, embora possa, ao mesmo tempo, arriscar interesses particulares mesmo de frações importantes da classe burguesa.

Essa "reprivatização" não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescentes do capital. É a sombra inseparável da autonomia e da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afeta não são mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo. Domhoff fez um longo estudo sobre a forma pela qual a grande burguesia norte-americana toma suas decisões estratégicas globais e formula seus interesses de classe.<sup>38</sup> Na maioria das vezes, todo o processo se desenrola fora da esfera de todas as instituições estatais oficiais (embora haja líderes políticos envolvidos), e é mediado por fundações, "grupos de planejamento político", "grupos de especialistas" etc., até por "grupos de trabalho" específicos que "propõem" ou "sugerem" essas decisões a setores particulares do aparelho de Estado ou do Governo.

A justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe da burguesia

<sup>36</sup> Um exemplo entre muitos: enquanto as campanhas políticas agitavam o parlamento, a imprensa e o público a favor e contra a reforma tributária patrocinada pelo governo de coalizão da social-democracia com a democracia-cristã encabeçada por Théo Lefèvre na Bélgica, em 1961/62, os grandes grupos financeiros do país estavam fazendo negociações nos bastidores para estabelecer a emenda do projeto que finalmente foi aprovado, com funcionários públicos e tecnocratas dos ministérios relevantes. Uma reforma tributária muito modesta foi "trocada" por novas regulamentações bancárias, o que permitiu um desenvolvimento explosivo dos créditos bancários a particulares e, com isso, dos lucros bancários.

<sup>37</sup> Ver, por exemplo, SAMPSON, Anthony. *The Sovereign State — the Secret History of ITT*. Londres, 1973. Entre as incontáveis decisões políticas determinadas pela intervenção dessa empresa pode-se apontar as regulamentações oficiais dos Projetos da Quinta República "anti-americana" da França, o que assegurou que os custos dos telefones por linha, em 1970/75, fossem duas vezes mais altos na França do que na Inglaterra ou na Alemanha Ocidental — com lucros mais elevados para a ITT.

<sup>38</sup> DOMHOFF, G. William. "State and Ruling Class in Corporate America". In: HARRIS, F. (Ed.). *In the Pockets of a Few: The Distribution of Wealth in America*. Nova York, 1974. No campo da política externa, Domhoff discute o papel determinante desempenhado por entidades "não oficiais" como a Foreign Policy Association, o World Affairs Council e o Council on Foreign Relations na formação da "opinião pública" burguesa dos Estados Unidos, e sua relação com as maiores corporações e grupos financeiros.

sia a uma centralização crescente das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo do Estado leva a uma "síntese" da aliança pessoal entre grandes empresas e altos (os mais altos) funcionários do Governo, que agora tornou-se regra em muitos países. A afirmação de que os grandes capitalistas retiraram-se em grande parte do exercício direto do poder político só pode ser aceita com sérias restrições, e em relação a uns poucos países imperialistas.<sup>39</sup> Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e no Japão, a convivência entre líderes do aparelho estatal e representantes proeminentes das principais empresas tem sido fartamente documentada desde a Segunda Guerra Mundial (na Grã-Bretanha, os governos trabalhistas têm sido exceção, mas também nesse caso a tendência de "integração" com a cúpula administrativa da economia é inequívoca).<sup>40</sup> Se essa aliança pessoal é menos caracterizada na França, na Itália e na Alemanha Ocidental,<sup>41</sup> é porque o grande capital tem propensão a deixar a administração da rotina cotidiana (assim como nas grandes empresas) em mãos de executivos e especialistas — nesse caso, políticos profissionais — para melhor se concentrar nas *decisões estratégicas* fundamentais.

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho do Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica direta da máquina estatal — segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele — continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas mais recentes sobre essa questão. A dependência do aparelho estatal em relação ao crédito bancário de curto prazo, mais acentuada hoje do que nunca, e mesmo a impotência do "forte" Estado gaulista ou do Governo norte-americano ao lidar com movimentos internacionais de capital, súbitos e de curto prazo, são lembretes bastante claros de que as "cadeias de ouro" que prendem o Estado ao capital monopolista não desapareceram de maneira alguma onde as relações de produção capitalistas não foram abolidas. Mas continua sendo verdade que toda avaliação da dominação política do grande capital que se restringe à pressão direta e óbvia sobre esse tipo de Estado é uma clara vulgarização do marxismo. Os seguintes elementos também devem ser integrados em toda consideração da complexidade do poder político do capital. Embora não se deva identificar as origens de classe dos membros individuais do aparelho do Estado com a natureza de classe do Estado, a máquina estatal capitalista tem, não obstante, uma *organização hierárquica* correspondente à ordem da própria sociedade capitalista;<sup>42</sup> os funcionários mais graduados, virtualmente sem exceção, são de origem burguesa ou estão integrados na burguesia.<sup>43</sup> Brittan forneceu cifras muito significativas referentes ao aparelho de Estado britânico: de 630 mil funcionários do serviço civil inglês, somente 2 500 têm realmente poder de decisão. São os "funcionários públicos administrativos" descritos pelo analista norte-americano Kingsley como os "políticos permanentes",<sup>44</sup> e a maioria deles é recruta-

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, KOFLER. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>40</sup> Numerosos exemplos dessa aliança pessoal — ilustrada recentemente pela nomeação de Nelson Rockefeller para a vice-presidência dos Estados Unidos — são citados no cap. XIV de *Marxist Economic Theory*. Barnett calcula que de 91 pessoas que ocupavam os cargos mais elevados no governo norte-americano no período 1940-1967, 70 eram do mundo das altas finanças e da grande indústria. Inversamente, inúmeros antigos diplomatas e ministros assumem altos cargos em firmas privadas depois que se aposentam. Ver *The Roots of War*. p. 179, 200.

<sup>41</sup> Mas é preciso lembrar os vínculos pessoais existentes entre Pompidou e o grupo Rothschild, e Giscard d'Estaing e o grupo Schneider-Creusot, e as interconexões de várias facções do Partido Democrata-Cristão italiano com a Fiat, a Montedison, a ENI etc.

<sup>42</sup> BUKHARIN, N. *Theorie des historischen Materialismus*. p. 169-170.

<sup>43</sup> Porque o montante de seus salários lhes permite acumular capital.

<sup>44</sup> KINGSLEY, J. Donald. *Representative Democracy*. Ohio, 1944. Citado por BRITTAN, Samuel. In: *The Treasury under the Tories*. Londres, 1964. p. 19-20.

da de camadas específicas da classe capitalista.<sup>45</sup> Na França, Neynaud mostrou que, em 1962, 80% dos estudantes que entraram na *École Nationale d'Administration*, que treina funcionários para os altos postos do aparelho de Estado francês, pertenciam à "camada mais privilegiada da população".<sup>46</sup>

Mas não é apenas a organização hierárquica que determina a função do Estado capitalista enquanto instrumento da dominação burguesa. É sua estrutura global que assegura ao Estado — mesmo ao mais "democrático" — a possibilidade de desempenhar esse e apenas esse papel,<sup>47</sup> porque essa estrutura é duplamente determinada pela classe burguesa. Em primeiro lugar, a promoção aos cargos executivos do aparato estatal é filtrada por um longo processo de seleção, no qual não é tanto a competência profissional que assegura o sucesso, mas sim a conformidade às normas gerais da conduta burguesa<sup>48</sup> — quando não, como em muitos países imperialistas, participação direta em um dos grandes partidos "governantes". Como essa seleção envolve por si mesma uma eliminação implacável e inculca tanto um espírito competitivo quanto uma empatia para com a ideologia dominante, é inconcebível que alguém que rejeite ou resista à ordem social vigente e às suas normas de pensamento e ação possa chegar, no decorrer comum dos acontecimentos, ao topo do aparelho do Estado burguês. Pacifistas convictos e ativos não costumam tornar-se generais, e é absolutamente certo que não serão chefes do Estado-Maior. Imaginar que o aparelho de Estado burguês pode ser usado para uma transformação socialista da sociedade capitalista é tão ilusório quanto supor que seria possível dissolver um exército com a ajuda de "generais pacifistas".

É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobreproduto social controlará as superestruturas construídas com este.<sup>49</sup> A função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamento da grande maioria da população em tempos "normais". Deve, portanto, exercer uma influência muito mais poderosa sobre aqueles membros da sociedade que são empregados por vocação no próprio aparelho do Estado,<sup>50</sup> pois a ideologia geral da burguesia inevitavelmente continua predominando de forma maciça sobre a classe operária durante os "períodos de calma", no interior da estrutura de divisão de trabalho, do trabalho atomizado e do comércio fetichizado da produção generalizada de mercadorias. Grande número de "mitos básicos" são aceitos, nessas circunstâncias, pela maioria da população, como evidentes por si mesmos, pela mesma razão pela qual constituem um reflexo ideológico

<sup>45</sup> BRITTAN. *Op. cit.*, p. 20, 23. Esse autor descreve sua origem como sendo das "classes médias não comerciais", que "tendem a possuir pequenas rendas privadas investidas em títulos do Governo ou outras obrigações a juros fixos". Mas ao mesmo tempo afirma: "Elas não faziam parte da burguesia capitalista, a qual Marx erroneamente acreditava ter capturado a máquina estatal". A burguesia é a classe de proprietários de capital — e as famílias de altos funcionários públicos descritas por Brittan pertencem indubitavelmente a essa classe. Ele evidentemente confunde a burguesia como um todo com seu estrato superior economicamente dominante. Já explicamos por que esse estrato superior geralmente não exerce o poder de forma direta.

<sup>46</sup> MEYNAUD, Jean. *La Technocratie*. Paris, 1964, p. 51.

<sup>47</sup> A incapacidade de entender o caráter estrutural do Estado burguês e das relações de produção capitalista é a principal fonte de erros de todos os reformistas e neo-reformistas, inclusive dos que têm as "melhores intenções": aqueles que propõem reformas "que transcendem o sistema" e os adeptos da "aliança antimonopólios".

<sup>48</sup> BRITTAN. *Op. cit.*, p. 33, 58, 76. MILIBAND, Ralph. *The State in Capitalist Society*. Londres, 1969, p. 120-129.

<sup>49</sup> Marx e Engels: "As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes: a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material controla também os meios de produção intelectual". *The German Ideology*, 1960, p. 39.

<sup>50</sup> Uma bela exceção que confirma a regra são os inspetores trabalhistas criados pela legislação social, cuja atividade oficial sempre é necessariamente restrita, na medida em que sua função não é defender os interesses da propriedade privada e do lucro, mas sim prejudicá-los.

das relações sociais vigentes. O enorme poder integrador do sistema estatal burguês torna-se, assim, imediatamente compreensível. Simbioses com o aparelho capitalista de Estado, realizadas por meio de numerosos comitês mistos, arrastam quadros dirigentes dos partidos de massa da classe operária e dos sindicatos à conformidade com o sistema, quando não ao conluio direto com o capitalismo tardio.<sup>51</sup> A rigorosa utilização do Estado burguês como arma dos interesses de classe dos capitalistas é escondida tanto dos atores quando dos observadores e vítimas dessa tragicomédia pela imagem mistificadora do Estado como árbitro *entre* as classes, representante do "interesse nacional", juiz neutro e benevolente dos méritos de todas as "forças pluralistas".<sup>52</sup>

A forma pela qual essa utilização funciona na prática pode ser ilustrada por um relato das origens do planejamento econômico na Grã-Bretanha, feito por jornalista liberal-burguês e apresentado ingenuamente como prova da "conversão" do capitalismo em "economia mista", na Inglaterra:

"Quando Selwyn Lloyd (ministro conservador da Fazenda) assumiu o Ministério, já pensava que o planejamento a longo prazo das despesas do Governo era, como outras coisas nas quais acreditava, 'bom senso'. Ele havia se convertido também à crença de que o planejamento tem algo a oferecer ao setor privado, numa conferência da Federation of British Industries, realizada em Brighton no final de novembro de 1960, para considerar 'Os Próximos Cinco Anos'<sup>53</sup> ... Compareceram à Conferência de Brighton os 121 empresários mais importantes e 31 convidados, inclusive ministros e dirigentes de indústrias nacionalizadas, e alguns economistas.<sup>54</sup> ... No decorrer de 1960, algumas das inteligências mais vivas do Ministério da Fazenda, independentemente da FBI, interessaram-se por novas idéias que agilisassem a indústria britânica ... Era muito pequeno o número de funcionários que pensavam valer a pena reunir os projetos e planos pelos quais algumas indústrias já estavam funcionando, para ver se se ajustavam".<sup>55</sup>

Seria difícil encontrar uma confirmação mais óbvia da estimativa marxista das funções do Estado burguês tardio do que esse relatório sincero das decisões estratégicas sugeridas pelos "empresários mais importantes", enfatizadas pelos altos funcionários civis e executadas pelos políticos burgueses.

Em segundo lugar, a estrutura do Estado burguês é determinada pelos princípios de separação dos poderes e de uma burocracia profissional — em outras palavras, a prevenção permanente de qualquer exercício direto do poder (autogestão) por parte da massa da classe operária. Essa estrutura poderia, na melhor das hipóteses, consistir numa democracia *indireta* — governo dos representantes do povo, ao invés do governo do próprio povo;<sup>56</sup> mas na verdade mesmo isso tem caráter puramente formal, por causa da impotência econômica da maioria dos assalariados em relação à aquisição dos meios materiais necessários ao exercício efetivo de suas liberdades democráticas. Essa impotência não é só consequência direta da de-

<sup>51</sup> Sobre esse problema, ver todo o cap. VII do livro de Miliband, que inclui o seguinte comentário exemplar feito pelo catedrático norte-americano Heilbroner: "A característica mais impressionante do clima ideológico contemporâneo é que todos os grupos 'dissidentes', trabalhistas, governamentais ou acadêmicos procuram acomodar suas propostas de mudança social aos limites de adaptabilidade à ordem econômica dominante". (Op. cit., p. 214.)

<sup>52</sup> O livro de Galbraith (*American Capitalism: The Concept of Countervailing Power*. Londres, 1956) é um bom exemplo dessas teses mistificadoras.

<sup>53</sup> BRITTAN, Samuel. Op. cit., p. 216.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 217.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 219.

<sup>56</sup> A extensão em que esse caráter puramente formal da democracia representativa é hoje aberta e cinicamente admitido pelos "especialistas" — em oposição aos ideólogos "puros" — é revelada pelo desenvolvimento da técnica de "si-

sigualdade de propriedade sob o capitalismo, mas também da alienação e da fragmentação do trabalho, que condiciona constantemente a consciência dos trabalhadores condenados a elas. A consciência de classe proletária só pode ser obtida e exercida *coletivamente*, enquanto todo trabalhador é admitido na cabine eleitoral apenas enquanto indivíduo isolado e atomizado. Um aparelho de Estado construído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente — ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas “aceitáveis”, isto é, assimiláveis. Sua função é intrinsecamente conservadora. Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las. Uma instituição conservadora desse gênero é por natureza totalmente incapaz de conceber, para não dizer efetivar, qualquer alteração radical do sistema social vigente. No capitalismo tardio, os ministros podem ser especialistas, e vice-versa. Mas a ideologia burguesa os confina rigorosamente a soluções “racionais” de problemas parciais; é preciso que continuem aprisionados nessa ideologia a fim de exercer suas funções de maneira socialmente (não tecnicamente) competente. Uma das confirmações mais notáveis dessa regra é o destino de medidas antimonopolistas, muitas vezes introduzidas em vários setores de uma economia capitalista “a fim de proteger o público” (os “interesses gerais do capital”, quando não os “interesses gerais da sociedade”). Essas medidas são tipicamente convertidas, na prática, em medidas *vantajosas* aos monopólios ou a grupos específicos de capitalistas:

“Mesmo os órgãos mais bem dirigidos, com as melhores intenções, sempre dependem da indústria que administram. Os administradores precisam confiar nos administrados simplesmente por causa das informações básicas que necessitam para tomar decisões. Uma vez tomadas as decisões, sua aplicação forçada a todas as operações de uma indústria esmagaria todo o quadro de funcionários da indústria, se fosse levada a sério — o que não costuma acontecer”.<sup>57</sup>

O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho de Estado burguês, que faz dele um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, expressa-se da forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias. Nessas situações, o proletariado se desvencilha *periodicamente* da dominação em geral maciça da ideologia burguesa. O proletariado então, de maneira característica e instintiva, faz da transformação radical das relações de produção existentes o objetivo das ações de massa em larga escala, ou mesmo a questão principal de campanhas eleitorais. Nessas conjunturas, o livre desenvolvimento de

mulação feita pelo computador” nas eleições norte-americanas. Pollock resume da seguinte forma a importância disso: “O eleitorado sempre receberá a imagem do candidato e a solução dos problemas correntes que lhe parece a mais desejável no momento, embora possa harmonizar-se muito pouco com os princípios ou interesses da sociedade. É como se as artimanhas do demagogo, baseadas na intuição e na capacidade de entrar em empatia e, por assim dizer, ainda num estágio artesanal, estivessem sendo substituídas por métodos altamente racionalizados de procedimentos automáticos. *Supõe-se que a grande maioria dos eleitores definam sua posição em relação a problemas individuais de maneira muito esquemática e sejam incapazes de julgar se um candidato realmente merece a confiança que lhe demonstram por meio de voto. São manipulados como consumidores, cuja liberdade de comprar o que desejam... pode existir em um caso individual, mas que só se aplica em grau muito limitado aos consumidores enquanto grupo*”. (*Op. cit.*, p. 345-346). (Os grifos são nossos. E. M.)

<sup>57</sup> *The New York Review of Books*. 28 de junho de 1973. Há muitos exemplos no livro de Kolko sobre as ferrovias norte-americanas, e também em GREEN, Mark. *The Monopoly Makers*. Nova York, 1973. Para exemplos anteriores dessas práticas largamente difundidas, ver o cap. XIV de nossa obra *Marxist Economic Theory*.

suas lutas políticas pode constituir-se em ameaça direta ao modo de produção capitalista.

Quando se defronta com esse perigo, a classe burguesa ainda pode continuar manobrando. Pode prometer ou decretar reformas, criar uma impressão temporária de mudança fundamental, de preferência a permitir que ocorra uma verdadeira revolução social.<sup>58</sup> Mas no final será obrigada a lançar mão da *ultima ratio* da força bruta. A verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente continua sendo o que sempre foi, um "grupo de homens armados" contratados para manter a dominação política de uma classe social. Se necessário, proclamará um "estado de sítio", como no Chile, em 1973, quando suas ações se tornaram explicitamente um ataque à classe operária de seu próprio país, e sua maquinaria um instrumento de guerra civil. A transição do serviço militar para um exército profissional, justificada em grupos puramente técnicos, e a ampliação de instituições repressivas e da legislação punitiva, na maioria dos Estados imperialistas, é mais uma confirmação de que em toda parte, na fase tardia do capitalismo, a classe burguesa está se preparando e se armando para esses "casos excepcionais", e não se entregará passivamente a crises sociais explosivas.<sup>59</sup>

A propensão do capitalismo tardio a desenvolver formas extremas de ditaduras violentas manifestou-se até agora em situações excepcionais, quando produziu Estados fascistas ou regimes semifascistas como os sistemas militares espanhol ou chileno, que também tentam liquidar o movimento organizado dos trabalhadores e atomizar o proletariado enquanto classe. Não obstante, é a partir das tendências visíveis no desenvolvimento econômico e social do estágio presente do capitalismo monopolista que se deve tirar conclusões sobre a evolução política geral do Estado capitalista tardio. Hoje o movimento se dirige claramente a um "Estado forte", impondo restrições cada vez maiores às liberdades democráticas que existiram no passado, quando as condições eram mais propícias para o movimento organizado da classe operária.

As razões básicas desse desenvolvimento foram apresentadas nos capítulos 5 e 7 deste trabalho. No momento estamos numa "onda longa dominada pela estagnação". Grandes lutas sobre a taxa de mais-valia já arderam no final da "onda longa de expansão" anterior, e a desaceleração atual da taxa de crescimento econômico só pode torná-las mais explosivas. Na verdade, são mais intensificadas ainda por todo o modo característico de funcionamento do próprio capitalismo tardio, cujas técnicas de planejamento econômico e subsídios públicos à indústria privada dão ao proletariado uma educação permanente em relação a toda luta de classes, econômica e social — em outras palavras, política.

Agora a classe operária pode potencialmente usar sua força organizada, por meio de ações populares diretas e greves gerais, para resolver os enormes problemas sociais criados pelas contradições internas do capitalismo tardio.<sup>60</sup> Mas o exercício do poder proletário opõe-se cada vez mais a outra tendência inerente ao capi-

<sup>58</sup> Exemplo disso é o famoso slogan do SPD da Alemanha, "A socialização está avançando", que tencionava persuadir os trabalhadores, na época da Assembléa de Weimar, a aceitar a supressão dos conselhos, que seriam a única possibilidade de conseguir essa socialização, em dezembro de 1918/janeiro de 1919.

<sup>59</sup> O campo de treinamento ideal para essa preparação são as guerras coloniais dos "governos democráticos", como a da França, na Argélia, da Inglaterra, na Malásia ou na Irlanda do Norte, e dos Estados Unidos, no Vietnã.

<sup>60</sup> Na última década tem havido um gráfico ascendente de greves de massa políticas e semipolíticas e de greves gerais na Europa ocidental, da greve geral belga em 1960/61, à greve geral francesa de maio de 1968, às greves de massa na Itália, em 1969, e às duas greves dos mineiros britânicos, de 1972 e 1974.

talismo tardio, a subordinação de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo ao controle direto do capital monopolista e de seu Estado. As lutas por aumento de salário realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades "normais" e liberais de imprensa, de reunião e de organização, o direito a manifestações — tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto, o Estado precisa restringi-las, enfraquecê-las e aboli-las legalmente. A luta para preservar e ampliar esses direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia parlamentar burguesa, e também da superioridade da democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade genuína; também proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre capital e trabalho, por meio da demonstração constante de que a classe operária não pode romper a dominação do capital em cada fábrica separadamente, mas apenas na sociedade como um todo. O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados.